

A IDEOLOGIA DA IDEOLOGIA DE GÊNERO: SEUS DISCURSOS E (DES)CONSTRUÇÕES

Vinicius Tavano¹

Andreza Marques de Castro Leão²

Resumo: Este trabalho promove análise do documento produzido pela Conferência Episcopal do Peru, em 1998, denominado *Ideologia de gênero: seus perigos e alcances*, objetivando identificar o lugar de alocação daqueles que o produziram e apontar suas contradições partindo das ideologias que os cercam. A pesquisa enfatiza as diferenças presentes na abordagem da temática impressa no documento em relação aos estudos de gênero produzidos por teóricos(as) reconhecidos(as) pela academia e considera que os lugares de fala daqueles(as) que enunciam os diferentes discursos determinam o perfil de análise adotado pelos(as) emissores(as) das dissonantes narrativas.

Palavras-chave: Ideologia de Gênero; Identidade de Gênero; Feminismo.

Abstract: This paper analyzes the document produced by the Episcopal Conference of Peru in 1998, called *Gender Ideology: its dangers and scope*, in order to identify the place of speeches of those who produced it and to point out their contradictions based on the ideologies that surround them. This research clarifies the differences present in the approach of the thematic printed in the document compared to the studies of gender produced by the theoreticians recognized by the academy and considers that the places of speech of those who state different discourses determine the analysis profile adopted by the disseminators of dissonant narratives.

Keywords: Gender Ideology; Gender Identity; Feminism.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutorando em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). E-mail: vetao2000@hotmail.com. Orcid: 0000-0002-4954-6763

2 Pós-Doutora em Sexologia e Educação Sexual pela Unesp. E-mail: andrezaleo@fclar.unesp.br. Orcid: 0000-0002-5037-4882

Introdução

Um dos alicerces de um regime democrático é a liberdade de expressão. Essa peculiaridade presente nas democracias possibilita a abertura de espaços para debates induzidos a partir da pluralidade de ideias. A partir da liberdade de se expressar, identificamos diferentes discursos que envolvem diversos pontos de vista de alguns fenômenos, os quais apresentarão o lugar de fala de cada agente envolvido nos debates. Quanto maior é a maturidade democrática de uma nação, maior será o nível de debate e maior a fundamentação das defesas de determinadas ideias (BOBBIO, 1998).

Contudo, em jovens democracias ou em regimes democráticos ainda não consolidados, os debates de ideias são rareados. Em oposição à alteração, encontramos grupos polarizados que apresentam postura única em seus discursos, buscando a qualquer custo sustentação de seus posicionamentos. Tais grupos não estão abertos à discussão de suas ideias. Esse movimento ficou conhecido nos últimos anos como pós-verdade.

A pós-verdade consiste num movimento retórico que tem por finalidade moldar a opinião pública, a partir de uma determinada ideologia sem se preocupar com os fatos objetivos que norteiam o debate. As arguições baseadas em estudos da realidade, fundamentadas em métodos analíticos, seriam relegadas a um segundo plano, sendo que os debates se baseariam no apelo às emoções e a crenças/mitos individuais e/ou coletivos, ou seja, o poder de convencimento se tornaria mais importante que a razão fundamentada (D'ANCONA, 2018).

Percebemos o movimento da pós-verdade em ação nas abordagens referentes às relações de gênero quando analisamos os discursos, ou os *contradiscursos*, envolvidos nos debates sobre a temática. Se por um lado temos uma vasta bibliografia e uma estruturada epistemologia que sustentam e embasam as temáticas de gênero, por outro observamos certos discursos, relacionados, sobretudo, à ala mais conservadora da sociedade, que negam a existência de tal fenômeno, suas estratégias se concentram em desconstruir o discurso científico por meio do discurso emocional – principalmente de base religiosa – e da pseudociência, numa tentativa de dar ares de ilustração aos seus discursos conservacionistas.

Tomando como base a contraposição entre a construção do discurso fundamentado e o discurso pungente, esta pesquisa objetiva analisar os discursos presentes no documento *Ideologia de gênero: seus perigos e alcances*,

relatório produzido pela Conferência Episcopal do Peru em 1998, visando apontar suas contradições partir das ideologias que o cerca.

Entendendo o fenômeno

A importância histórica do relatório *A ideologia de gênero: seus perigos e alcances*, documento eclesiástico divulgado pela Conferência Episcopal do Peru em 1998, está consolidada por conter nele a primeira menção que se tem registro acerca do termo “ideologia de gênero” (COELHO, 2016). O documento em questão foi desenvolvido e divulgado com o objetivo de alertar os cristãos sobre “a ‘desconstrução’ da família e o ataque à religião, à tradição e aos valores culturais que as ‘feministas do gênero’ promovem nos países em desenvolvimento [...]” (CONFERÊNCIA EPISCOPAL DO PERU, 1998, p. 15).

No que se refere às relações de gênero, o documento em questão inaugura uma tática discursiva em que os aportes teóricos desenvolvidos por meio da análise metódica e experimentação são desconstruídos por meio de discursos que levam em consideração as crenças e valores dos(as) interlocutores(as), ofertando a ele uma rede de informações que não fogem de suas perspectivas, impossibilitando um real debate e trocas de concepções acerca da temática litigante.

Ideologia e perigo

Ao analisarmos o título observamos que alguns dos termos utilizados na obra são apresentados de forma subjetiva, podendo ser facilmente questionados, como no caso dos termos “ideologia” e “perigo”, apesar de o documento fazer uso de uma linguagem incisiva na defesa de sua tese.

O texto tem início com uma breve apresentação de autoria do Monsenhor Óscar Alzamora Revoredo, bispo auxiliar de Lima, o qual se utiliza do sensacionalismo como estratégia emocional e discursiva, para tanto faz uso de frases subjetivas como a que se encontra presente no primeiro parágrafo: “por detrás desta palavra [“gênero”] se esconde toda uma ideologia que pretende, precisamente, modificar o pensamento dos seres humanos...” (CONFERÊNCIA EPISCOPAL DO PERU, 1998, p. 1).

A nuance do discurso, na apresentação do documento, intenta transmitir ao interlocutor a sensação de que exista uma conspiração em andamento que busca transformar a suposta estabilidade existente, pois, da

mesma forma que pode ser temerário, o discurso sensacionalista causa no interlocutor o fascínio pelo extraordinário (PEDROSO, 2001).

Baseando-se na premissa do sensacionalismo, imediatamente após sua apresentação, o relatório em questão traz um recorte extraído da primeira edição (em inglês) da obra *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, de Judith Butler, de 1990, e afirmam ser a autora a principal promotora daquilo que denominam como “ideologia de gênero”.

Na obra *Problemas de gênero* (BUTLER, 2017), a autora não utiliza o termo “ideologia”, ao invés disso, faz análise aprofundada acerca da identidade fluida e fragilmente estabelecida dos indivíduos para considerar que os gêneros se desenvolvem a partir de constructos sociais. Em sua obra a autora não nega a biologia, tampouco, a existência do sexo anatômico, no entanto, defende que por meio de construções culturais os gêneros se formam com papéis que definirão seus lugares sociais, entendendo que a anatomia e também a cultura apresentam fundamentais importâncias na definição das identidades dos gêneros.

Não haveria então linearidade ou evolução entre o temo empregado por Butler (2017) – “identidade”, ou sua subversão – e o termo empregado pelo documento da Conferência Episcopal do Peru – “ideologia”, pois:

A noção de ideologia me parece dificilmente utilizável por três razões. A primeira é que, queira-se ou não, ela está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade. Ora, creio que o problema não é de se fazer a partilha entre o que num discurso releva da cientificidade e da verdade e o que relevaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos. Segundo inconveniente: refere-se necessariamente a alguma coisa como o sujeito. Enfim, a ideologia está em posição secundária com relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infra-estrutura ou determinação econômica, material, etc. Por estas três razões creio que é uma noção que não deve ser utilizada sem precauções. (FOUCAULT, 1984, p. 7-8).

Nesse sentido, ao adotar o termo “ideologia de gênero”, o documento episcopal e os documentos que o sucederam buscam desqualificar uma obra que por ter passado pelo crivo das academias e endossada pelos pares, entendemos ter feito uso da rigorosidade metódica presente nas pesquisas científicas.

No entender de Foucault (1984) ideologia seria a busca de uma verdade a partir de crenças e valores, destarte, indivíduos ou instituições poderiam

se valer de elementos pseudocientíficos na tentativa de fundamentar suas verdades, assim, a ideologia estaria então exercendo uma função negativa ao pensamento científico.

Para Gatti e Mendonça (2018, p. 86), quando analisamos os termos ideologia e gênero conjugados:

não se trata apenas de uma função negativa da ideologia que a aproximaria da ideia de falseamento da realidade, mas de funções desempenhadas por ela. O uso do sintagma “ideologia de gênero” escamoteia as funções da ideologia, tomando-a apenas como deformação, e evidencia a dissimulação do pertencimento do enunciador a uma determinada ideologia, curiosamente, a dominante. Trata-se de uma faceta do discurso conservador moderno que encontrou na palavra “ideologia” o recanto ideal para a dissimulação de sua própria ideologia.

Ao analisarmos a obra de Butler (2017), observamos a preocupação da autora em classificar seu trabalho como um estudo acerca das identidades fluidas do ser humano a partir das práticas performativas de interações e reinterações que se desenvolvem por meio das dimensões simbólicas da linguagem e da cultura, para tanto, a autora se baseia em análises de estudos desenvolvidos durante todo o século XX.

Em contraposição ao conceito de ideologia, em sua obra, conforme já mencionamos, Butler (2017) utiliza o termo “identidade”, subversiva ou fluida, pois compreende a impossibilidade de apontar uma definição objetiva dela, uma vez que ela pode ser definida de maneiras diferentes em diferentes contextos culturais, portanto, a autora não busca uma verdade universal acerca da temática.

Se a identidade se afirma por intermédio de um processo de significação, se é desde sempre significada e se, mesmo assim, continua a significar à medida que circula em vários discursos interligados, a questão da ação não deve ser respondida mediante recurso a um “eu” que preexista à significação. Em outras palavras, as condições que possibilitam a afirmação do “eu” são providas pela estrutura de significação, pelas normas que regulam a invocação legítima ou ilegítima desse pronome, pelas práticas que estabelecem os termos de inteligibilidade pelos quais ele pode circular. (BUTLER, 2017, p. 247).

Observamos que a autora, em razão de considerar as identidades fluidas, apresenta demasiado cuidado em apresentar uma definição fechada

acerca do termo. No entanto, o relatório da Conferência Episcopal do Peru apresenta um subtítulo denominado *Definição do termo “gênero”* se utilizando de duas páginas do relatório para fazer críticas às feministas ou às(aos) teóricas(os) do gênero sobre a falta de definição precisa acerca do termo, uma temática que Butler já havia considerado complexa em definir:

A presunção aqui é que o “ser” de um gênero é *um efeito*, objeto de uma investigação genealógica que mapeia os parâmetros políticos de sua construção no modo da ontologia. Declarar que o gênero é construído não é afirmar a sua ilusão ou artificialidade, em que se compreende que esses termos residam no interior de um binário que contrapõe como opostos o “real” e o “autêntico”. Como genealogia da ontologia do gênero, a presente investigação busca compreender a produção discursiva da plausibilidade dessa relação binária e sugerir que certas configurações culturais do gênero assumem o lugar do “real” e consolidam e incrementam sua hegemonia por meio de uma autonaturalização apta e bem sucedida. (BUTLER, 2017, p. 68-69).

Não se pode dizer que Butler, alinhada ao feminismo ocidental não tenha pressupostos ideológicos que inspirem a sua obra, no entanto, ela se vale de metodologia que apresenta validade científica ao seu trabalho. Quando observamos o documento da Conferência Episcopal do Peru, não temos a mesma clareza quanto ao método de análise de conteúdo das obras citadas para compor as considerações presentes no documento, uma vez que as únicas notas bibliográficas citadas no relatório são as criticadas pelos membros da diocese. O relatório da conferência não traz nenhuma referência a estudos que fundamentem a análise presente no documento.

No que se refere ao termo “perigo”, presente no título do documento episcopal, entendemos que ele se apresenta numa tentativa de chamar atenção ao suposto *problema* a ser enfrentado, num movimento mais voltado ao convencimento do que propriamente à exposição de conceitos fundamentados (D’ANCONA, 2018). Uma vez que o termo apresenta uma carga semântica impactante, entendemos que sua escolha não se deu de forma ingênua.

O termo “perigo” refere-se a alguma situação que tanto pode ser uma ação como uma condição, que apresenta potencialidade em causar dano, passageiro ou permanente, sobre uma determinada pessoa ou objeto. Este dano pode ser físico e/ou material e que pode causar prejuízo, perda, sofrimento (HOUAISS, 2009).

Tomando como base a definição do termo apresentado por Houaiss (2009), entendemos que o documento episcopal considera que não apenas a participação no debate, mas a existência de ideias contrárias à concepção de sexo construída pela Igreja nos últimos milênios, caracterizariam ameaças à integridade dos indivíduos.

Para Foucault (2014, p. 8), “em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos”. Estando o discurso em questão controlado por uma instituição religiosa, o documento episcopal busca desconstruir o artifício propalado por outro discurso de outra instituição, no caso a academia, que contradiz aquilo que a primeira considera como verdade.

Nesse sentido, o livro sagrado cristão traz diversas passagens em que contradizer verdades baseadas na fé infere em diferentes perigos para a ordem estabelecida. Segundo Romanos, (1:17) “O justo viverá da fé” (BÍBLIA, 1995a, 1105), e João (20:29) “Bem-aventurados os que acreditam sem ter visto” (BÍBLIA, 1995b, 1065), a manutenção da fé numa entidade superior e a crença nos valores proferidos pelas instituições que representam o divino na Terra seriam o suficiente para professar o valor de verdade no discurso.

A questão que se levanta é: qual seria a intenção do episcopado do Peru ao condenar veementemente um trabalho que denunciaria as desigualdades estruturais de gênero presentes na sociedade ocidental?

O que estaria em jogo seriam as relações de poder envolvidas nesse debate. Ao admitir que a assimetria de gênero faz parte de um constructo de ordem social e não natural, a ciência coloca em xeque aspectos relacionados tanto à doutrina religiosa, que predominou e ainda predomina no ocidente nos últimos milênios, quanto aos aspectos políticos que se valem das mesmas premissas.

A sexualidade se insere num contexto cultural em que a religião representa um fator importante no estabelecimento de normas e preceitos que visam reger o comportamento sexual. Todas as religiões em todas as épocas procuraram intermediar os limites da sexualidade humana. Mas é preciso relativizar a influência das religiões no domínio da vida sexual, tendo-se em conta que os poderes políticos têm utilizado preceitos religiosos para fixar padrões que servem aos seus desígnios. (WEREBE, 1998, p. 56).

Ao buscar um termo que gere insegurança ao interlocutor, como a empregada no título do documento, a Igreja Católica objetiva atentar seus seguidores para a necessidade de que algo deve ser feito para evitar que aquilo que entendem por permissividades gere uma possível instabilidade no tecido social.

Para Weeks (2003), algumas mudanças de concepções propaladas no seio da sociedade são vistas por grupos conservadores como uma tentativa de estabelecer novas ordens que colocam em risco a estabilidade social, em razão disso, disseminam que tais concepções se apresentam como uma ameaça à família, à saúde dos indivíduos, aos valores morais, entre outros.

Família

Apregoar a *defesa da família* de alguma possível ameaça externa se apresentaria para qualquer grupo não dominante como um desafio, uma vez que a própria definição de família é considerada subjetiva e relacionada a contextos sociais e culturais. Para Werebe (1998, p. 140):

A família não se define apenas pelos laços consanguíneos entre seus membros. Embora filiação repouse sobre a realidade fisiológica da sexualidade, a determinação dos genitores biológicos não é suficiente para definir filiação. Em cada cultura, as normas, os costumes e a estrutura da sociedade influem sobre os laços de sangue e de filiação [...] Em muitos casos, a família é constituída por pessoas cujos laços de parentesco não são de pais e filhos, ou não tem nenhuma relação sanguínea.

Nesse sentido, há dificuldade em classificar ou definir o significado de família. Segundo Werebe (1998), levando em consideração a diversidade de agrupamentos que se autointitulam família, seria inexecuível a existência de um modelo familiar único. Contudo, a autora aponta que as religiões, de forma geral, determinam um modelo familiar baseando-se em seus dogmas, estabelecidos a partir do casamento religioso, ou seja, no caso da Igreja Católica, o modelo de família é composto por casal cisgênero heterossexual e seus(suas) filhos(as).

Partindo da aceitação de família como o modelo estabelecido pelos dogmas religiosos dominantes, no caso do ocidente, o cristianismo, convencionou-se denominar esse modelo específico como família tradicional.

Para Perrot (2001), a família tradicional conforme conhecemos atualmente é produto da industrialização e da urbanização aceleradas da Europa

no século XIX que definiram os papéis sociais de cada um dos gêneros na urbe: aos homens coube o papel de provedor financeiro da família, ocupante dos espaços públicos e de produção, à mulher foi destinado o papel de organizadora zelosa do lar e educadora dos(as) filhos(as), relegada aos espaços privados de suas residências.

A família tradicional também é comumente associada à família patriarcal e essa também considerada como modelo exemplar de família pelos círculos conservadores. Diferentemente da família tradicional urbana, a família patriarcal tem suas origens nas zonas rurais, e de acordo com Samara (1998) é aquela cujo chefe de família, o patriarca, tem a autoridade para cuidar dos negócios, preservar a linhagem e a honra de seus membros, sua influência se expande, além da mulher e filhos(as), para os(as) dependentes e agregados(as) que estão sob sua tutela.

Embora seja caracterizada por setores conservadores da sociedade como um modelo a ser seguido, segundo Samara (1998), essa forma de organização familiar não representava mais de 26% dos domicílios do Estado de São Paulo em finais do século XIX, portanto, entendemos que tanto a Igreja quanto o Estado divulgavam um modelo ideal ou uma tradição que era seguida por, aproximadamente, apenas uma em cada quatro famílias paulistas.

No entanto, os modelos de famílias aceitos como verdadeiros a partir da dogmática religiosa se encaixavam na lógica da fase inicial do capitalismo europeu do século XVIII, pois para as famílias burguesas daquele século, a nuclearização e o controle dos corpos assumiram progressivamente o centro dos discursos de ordem social. O forte movimento industrial e a urbanização demandavam e justificavam a homogeneização das posturas, pois havia a necessidade de disciplinar a nascente classe operária, para que ela tivesse como objetivo principal a preocupação com o processo produtivo (ARIÈS, 1981).

No século XX o sistema capitalista consolidou a sua fase que se convencionou denominar de “capitalismo global financeiro”, que, grosso modo, para fazer a engrenagem econômica funcionar seriam necessários investimentos em setores produtivos diversificados, precisando também de uma parcela sólida de consumidores para absorver um número cada vez maior da produção de insumos.

Nessa configuração global, as estruturas familiares denominadas “tradicionalistas” e “patriarcais” não são consideradas importantes, pois elas excluem

tanto do mercado de trabalho como do mercado consumidor uma parcela importante de pessoas que poderiam estar inseridas no sistema.

Esse tipo de família que se define como repositório das tradições é, em termos econômicos, menos importante para a produção capitalista, pois não contribui como força de trabalho para o capital industrial. Seu principal papel é ideológico, pois necessita do suporte autoritário para aparecer em praça pública. (CUNHA, 1988, p. 5).

Partindo desse princípio, Cunha (1988) considera que a única maneira em que a ideologia conservadora vem sustentando o ideal de família a partir de seus modelos de verdade é se associando a instituições que não têm em seu bojo a tradição do debate reflexivo, como as agremiações políticas autoritárias, agremiações militares e instituições religiosas. Contudo, o alinhamento da ideologia conservadora em agremiações autoritárias não necessariamente se converte em práticas repressivas.

Ora, me parece que a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor no poder. Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. (FOUCAULT, 1984, p. 8).

Nesse sentido, mesmo que a ideologia conservadora se sustente em bases autoritárias, ela necessita de elementos persuasivos para se incorporar ao imaginário social e se ancorar com a aura de verdade. O relatório *Ideologia de gênero: seus perigos e alcance* (CONFERÊNCIA EPISCOPAL DO PERU, 1998) faz uso dessas premissas na tentativa de desconstruir os estudos acerca da identidade de gênero no intuito de incutir no interlocutor uma sensação de instabilidade que tal teoria poderia trazer à família e à sociedade.

O termo “família” foi citado no relatório em 31 ocasiões, podendo ser classificado em duas categorias:

- (1) quando mencionado em citações de pesquisadoras das relações de gênero – mencionado em 16 momentos; e
- (2) quando mencionado como reflexão crítica ou resposta às citações, pelos autores do relatório – mencionado em 15 momentos.

Nas situações em que o termo “família” é apresentado a partir de citações de pesquisadoras das relações de gênero, verificamos que os recortes foram cuidadosamente escolhidos com a intenção de proporcionar duplo sentido ao texto, após sua extração do contexto original. Dessa maneira as respostas aos recortes impressas no documento se apresentam de forma bastante contundente, induzindo ao leigo na temática a ponderar que os estudos sobre gênero podem ser de fato um perigo.

O recorte a seguir, impresso no documento da Conferência Episcopal do Peru (1998), foi extraído de *The Reproduction of Mothering* publicação de Nancy Chodorow, ele evidencia nosso argumento:

Se a nossa meta é acabar com a divisão sexual do trabalho na qual a mulher materniza, temos que entender em primeiro lugar os mecanismos que a reproduzem. Minha constatação indica exatamente o ponto em que se deve intervir. Qualquer estratégia para a mudança cuja meta abranja a libertação das restrições impostas por uma desigual organização social por gêneros deve considerar a necessidade de uma reorganização fundamental do cuidado com os filhos, para que seja compartilhado igualmente por homens e mulheres. (CHODOROW, 1970, p. 23 apud CONFERÊNCIA EPISCOPAL DO PERU, 1998, p. 11).

O recorte é parte do primeiro trabalho da autora produzido para a área da psicanálise, cujo objetivo seria apontar a necessidade de reflexão sobre as posições da maternidade e paternidade, construídas socialmente de uma forma que criara papéis desiguais entre homens e mulheres (CHODOROW, 1978).

Para Biroli (2018), a obra de Chodorow se baseia no domínio da realidade psíquica e não a partir do domínio da justiça abstrata ou de alguma realidade cultural peculiar, no entanto a vivência subjetiva dos indivíduos dentro de qualquer universo cultural não eliminaria a opressão e as injustiças advindas de problemas políticos/ideológicos que precisariam ser

enfrentados, em respeito às pessoas oprimidas e em nome de um horizonte sempre aberto e passível de reconstrução da vida social.

No entanto o documento da Conferência Episcopal do Peru apresenta outra interpretação da obra da autora, utilizando como argumentação a interpretação do recorte apresentado:

Fica claro que para os promotores do “gênero” as responsabilidades da mulher na família são supostamente inimigas da realização da mulher. O ambiente particular é considerado como secundário e de menor importância; a família e o trabalho no lar, como “ônus” que afetam negativamente os “projetos profissionais” da mulher.

Este ataque declarado contra a família, contudo, contrasta notavelmente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos promulgada, como se sabe, pela ONU em 1948. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL DO PERU, 1998, p. 11).

Observamos que o documento em questão é incisivo em apontar com *clareza* que o trabalho de Chodorow (1978) tem como objetivo o ataque à instituição da família, embora, conforme apontamos anteriormente, sua pesquisa seja destinada a uma disciplina científica específica e busca uma reflexão sobre os papéis sociais do homem e da mulher.

Numa tentativa de qualificar suas impressões, os relatores do documento ainda apontam que a *ideologia de gênero* fere os itens 1 ao 3 do artigo 16 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que apontam o direito dos indivíduos em constituírem família, no entanto não há preocupações maiores em apontar outros trabalhos ou estudos que qualifiquem de forma sistemática a análise apresentada.

Para Foucault (2008, p. 61), o que mais pesa nessa questão é o lugar de fala daqueles que professam determinados discursos:

quem fala? Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? Quem é seu titular? Quem recebe dela sua singularidade, seus encantos, e de quem, em troca, recebe, se não sua garantia, pelo menos a presunção de que é verdadeira? Qual é o status dos indivíduos que têm – e apenas eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso?

No caso específico, a instituição promotora do relatório, a Igreja Católica, é reconhecida socialmente como uma instituição que possui certo

status, entendida como aquela que por meio da fé prega a verdade, dessa maneira, não possui a necessidade de qualificar cientificamente seus argumentos, pois a Igreja compreende todo um sistema de diferenciação, ou relações de poderes, com outros grupos e outros indivíduos que endossam seu status (FOUCAULT, 2008).

Sendo a Igreja Católica uma instituição socialmente aceita com o status que lhe confere certos poderes que estabelecem o seu lugar de fala, observamos que o documento produzido pela Conferência Episcopal do Peru está autorizado pelos seus interlocutores a fabricar conhecimentos sobre as relações de gênero (COELHO, 2016), a partir do que a instituição estabelece como verdade, pois apresenta em seu segmento um grupo de indivíduos que estão dispostos a aceitar suas prerrogativas em nome da fé que os guiam.

Considerações finais

Segundo a Organização Não Governamental (ONG) americana Freedom House (KARANTNYCKY, 2000), no final do século XX o mundo assistiu à maior guinada à democracia e à liberdade de expressão. No século XXI, junto à democracia e à liberdade de expressão, experimentamos o acesso a novos meios de divulgação de ideias e informações a partir da expansão da internet.

As rápidas transformações técnica e política se traduziram também em transformações sociais, a maior facilidade na aquisição de informações possibilitou aos cidadãos comuns acesso a conhecimentos que se encontravam limitados em alguns grupos específicos e tais grupos possuíam dificuldades em disseminar suas posições.

Podemos apontar os estudos de gênero como um dos seguimentos que conseguiram disseminar suas pesquisas na sociedade durante esse contexto de expansão dos meios de informação. Antes circunscritos aos círculos feministas, os debates sobre gênero atualmente se ampliaram para boa parte dos campos da sociedade não necessariamente envolvidos com alguma militância (CORRÊA, 2001).

As recentes transformações provocaram uma ruptura da presença das estruturas tradicionais/conservadoras nos espaços sociais, trazemos como ilustração o recente fenômeno da evasão de fiéis dos movimentos religiosos.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), em 1980 no Brasil 97% da população se declaravam cristãos e menos de 2% declaravam não professar nenhuma fé. Ao analisarmos os dados do censo de 2010, verificamos que o número de cristãos caiu para 86%, na medida em que o número de brasileiros que declaram não seguir nenhuma religião subiu para 8%.

Diante desse cenário é compreensível que haja um movimento por parte das instituições cristãs na tentativa de barrar essa verificada perda de seus devotos. Esse setor social, a exemplo do o relatório *A ideologia de gênero: seus perigos e alcances*, analisado neste trabalho, tem optado por adotar um discurso que busca convencer apelando para o lado emocional, apresentando aos seus interlocutores a presença de um suposto perigo iminente ao indivíduo, à família e à sociedade.

Os estudos de gênero, citados nesse trabalho, por sua vez, buscam uma análise metódica da sociedade para estabelecerem as relações de gêneros existentes em determinados meios culturais, por isso, consideramos que o intento desses estudos é o de apresentar reflexões sobre as contradições de uma realidade, buscando a sua transformação.

A diversidade de discursos deve ser considerada sadia numa sociedade democrática, no entanto, os canais para o debate dos diferentes discursos devem sempre estar abertos, pois diferentemente do que prega o ditado popular, os discursos, os posicionamentos, as ideias, enfim, as opiniões existem não para serem respeitados, todavia para serem debatidos, fundamentados, colocados à prova e, se possível, transformados.

Referências

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BÍBLIA. N. T. **Romanos**. Tradução: João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995. p. 1104-1120.

BÍBLIA, N. T. **João**. Tradução: João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995. p. 1036-1066.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1998. v. 1.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CHODOROW, N. **The reproduction of mothering**. Berkeley: University of California, 1978

COELHO, F. M. F. Ideologia de gênero: origens e consagração no Brasil. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DA Associação Brasileira de História das Religiões, 2., 2016, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2016. p.172-183.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA. **A ideologia do gênero: seus perigos e alcances**. Tradução: Apostolado Veritatis Splendor – C. D. T. Lima: Conferência Episcopal Peruana, 1998. Disponível em: <https://bit.ly/3grayV1>. Acesso em: 5 dez. 2018.

CORRÊA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 16, p. 13-30, 2001.

CUNHA, M. C. **Comportamento sexual: a revolução que ficou no caminho**. São Paulo: Nobel, 1988.

D'ANCONA, M. **Pós-Verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News**. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Faro, 2018.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970**. Tradução: Laura Fraga de Almeida. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

GATTI, M. A.; MENDONÇA, V. M. O estereótipo e a necessidade de (contra)dizer em tempos de conservadorismo religioso. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 4, n. 1, p. 81-91, 2018.

HOUAISS, A. **Pequeno dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2009.

IBGE. **Censo demográfico 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2010.

KARANTNYCKY, A. **Freedom in the world**: the annual survey of political rights and civil liberties: 1999-2000. New York: Freedom House, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/2DpJ2sw>. Acessado em 15 de janeiro de 2018.

PEDROSO, R. N. **A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista**. São Paulo: Annablume, 2001.

PERROT, M. Mulheres. *In*: BOTTMAN, D.; PERROT, M. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. São Paulo: Paz & Terra, 2001. p. 167-234.

SAMARA, E. M. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. *In*: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 35-82.

WEREBE, M. J. G. **Sexualidade, política e educação**. Campinas: Autores Associados, 1998.

Recebido em julho de 2019.

Aprovado em julho de 2020.